

A FORMAÇÃO LINGUÍSTICA DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO INGRESSANTES POR MEIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS: CONTEXTOS E REFLEXÕES

¹ANA CLARA BARBOSA LEITE;

²RAFAEL VETROMILLE-CASTRO

¹Universidade Federal de Pelotas-UFPeL – analeite01@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas-UFPeL – vetromillecastro@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Segundo dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES (2018), após o aumento do número de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras e a implementação do SISU em 2010, houve um crescente ingresso de estudantes nas instituições de ensino em todo o país. No mesmo ano foram registrados 793.920 estudantes matriculados em IFES, havendo uma mudança drástica na composição do corpo discente após a criação da Lei Federal nº 12.711, conhecida como lei de cotas, instituída em 2012, alcançando a marca de 2.791.334 ingressantes em 2015. Isto fez com que o perfil do corpo estudantil das universidades mudasse consideravelmente, passando a ser de 47,6% dos (as) estudantes das IFES autodeclarados negros(as), em 2014. Essa mudança no retrato dos cursos de graduação logo trouxe consequências também para a pós-graduação, na medida em que os egressos de bacharelados e licenciaturas, ora vinculados às instituições via ações afirmativas, passaram a buscar cursos de mestrado e doutorado. Tal ingresso também foi estimulado pela Portaria CAPES nº 13/2016, a qual “dispõe sobre indução de ações afirmativas na pós-graduação”. Desde então, de maneira mais consistente, várias universidades brasileiras oferecem acesso afirmativo em seus cursos de pós-graduação, com o intuito de promover equidade no ingresso ao ensino superior por indivíduos pertencentes a grupos socialmente minoritários, como negros (pretos e pardos), indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas transgênero, entre outros.

Levando em consideração todo o processo histórico de escravização no Brasil, pode-se relacionar a necessidade de ações afirmativas em cursos de graduação e pós-graduação com a falta de oportunidades e dificuldades enfrentadas por aqueles que se autodeclararam negros e pardos, resultantes dos resquícios das relações sociais da época. É importante dizer que, em dados de 2014-2015, 66,2% desses discentes autodeclarados viviam com renda mensal familiar per capita de até 1 e meio salários-mínimos, sendo que 32% viviam com até meio salário-mínimo e 22% com renda entre meio e 1 salário-mínimo, ou seja, em condições fortemente desfavoráveis em comparação com demais grupos étnicos e sociais. Venturini (2017) traça um panorama através de análise feita no banco de dados do CNPq, com informações sobre gênero e raça que foram declaradas pelos doutores em seus currículos Lattes até o ano de 2010. Nesse sentido, a autora constata que “os detentores de títulos de pós-graduação stricto sensu no Brasil são predominantemente brancos” (VENTURINI, 2017, p. 4). A autora ainda ressalta que há apenas 3,05% de pretos, 15,29% de pardos e 0,42% de indígenas, dentre os que declararam sua raça e cor na plataforma Lattes.

No âmbito local, a Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) regulamentou, em 2017, a reserva de 25% das vagas em seus programas de pós-graduação

para estudantes provenientes de ações afirmativas, das quais 50% são destinadas a candidatos negros e quilombolas (Resolução nº 05/2017) e ainda estabeleceu políticas de permanência (Resolução nº 16/2017) para este grupo. Como resultado, o número médio anual de ingressantes negros nos mestrados da instituição passou de 19 (2016-2017) para 39 (2018-2020), segundo a PRPPG/UFPEL. No ano de 2024, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis ampliou seus auxílios de permanência para contemplar também alunos de pós-graduação, aumentando a possibilidade de permanência, não só para estudantes da graduação, mas também de pós-graduandos.

Pensando nas demandas da pós-graduação, podemos inferir que os grupos socialmente minoritários tendem a encontrar mais dificuldades com o que se espera de um ingressante em cursos deste nível. Uma das dificuldades enfrentadas diz respeito ao uso de línguas estrangeiras, as quais são imprescindíveis na pós-graduação. No mestrado e no doutorado nas mais diversas áreas do conhecimento, pesquisadores precisam apresentar desempenho satisfatório em línguas para escrita acadêmica, apresentação de trabalhos em eventos e leitura em uma ou mais línguas. Podemos citar a necessidade linguística de nível de proficiência linguística intermediário B2, conforme Quadro Comum Europeu de Referência, para concorrer a vagas de doutorado-sanduíche, sendo exigidos certificados de proficiência para comprovar os níveis dos candidatos, assim como é apontado no edital CAPES nº 44/2022, demonstrando a necessidade da aprendizagem de línguas estrangeiras durante a vida acadêmica do indivíduo. Há, portanto, uma demanda de desenvolvimento linguístico em língua estrangeira, sem o qual a permanência e o bom desempenho do pós-graduando na instituição de ensino resultam prejudicados.

Dadas as informações, o presente trabalho pretende verificar os níveis de proficiência em língua estrangeira de estudantes de pós-graduação autodeclarados negros (pretos e pardos) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), com vistas a traçar o panorama de proficiência desta comunidade e subsidiar com dados políticas e ações internas que propiciem aos estudantes de acesso afirmativo condições para o bom desenvolvimento de suas pesquisas. Para tanto, foi necessário analisar conceitos e ideias no campo das cotas raciais e sociais, juntamente com seus índices acerca da desigualdade social em âmbito nacional e da instituição.

2. METODOLOGIA

Como metodologia, esta pesquisa utilizou questionário aplicado em formato *Google Forms*, composto por questões objetivas relacionadas à formação inicial, à auto identificação com base em suas características étnico-raciais, à realização de algum teste oficial de proficiência e seu resultado obtido, onde aprendeu o idioma e o nível de proficiência autodeclarada com base nas quatro habilidades de aprendizado de línguas (escrita, leitura, fala e escuta), além de uma questão sobre o perfil econômico do discente. O questionário foi destinado a estudantes autodeclarados negros (pretos e pardos), através de divulgação feita por meio das coordenações dos programas de pós-graduação aos quais pertencem. A pesquisa foi realizada em 3 dias de forma presencial, no campus Anglo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e foi respondida por 25 estudantes. Dentre os que responderam 9 se declararam pardos, 10 pretos e 1 quilombola. Os outros 5 estudantes se autodeclararam brancos (4) e PCD-autista (1), portanto não serão contabilizados por não fazerem parte do grupo alvo deste trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos através do formulário, respondido pelo grupo alvo desta pesquisa, foi baseada nas classificações determinadas no currículo Lattes (pouco, razoável e bom) das quatro habilidades em língua estrangeira (leitura, escrita, escuta e fala). Os resultados alcançados nos deram múltiplas informações a respeito da proficiência linguística autodeclarada deste grupo, possibilitando o foco em suas percepções pessoais de habilidades na língua.

Para esta análise, priorizamos o Espanhol por ser a língua dominante na América Latina, região onde se encontra boa parte dos parceiros internacionais do Brasil, estabelecidos ou em potencial, seja por temáticas de interesse, seja pela proximidade geográfica. Também serão consideradas as demandas atuais dos cursos dos pós-graduandos. Os resultados apontam que, nesta língua, 4 estudantes avaliam sua leitura como *razoável* e 16 como *bom*. 17 consideram sua compreensão como *razoável* e 3 como *bom*. Já na fala, 9 consideram sua habilidade como *razoável*, 10 como *bom* e 1 como *pouco*. Em termos de comparação, no inglês temos um resultado consideravelmente diferente, em que 10 alunos entendem a sua habilidade de leitura como *razoável*, 4 como *bom* e 6 como *pouco*, além de 12 deles considerarem a habilidade de compreensão como *razoável*, 2 como *bom* e 6 como *pouco*. Já a habilidade de fala em língua inglesa, obteve o resultado de 6 alunos que perceberam sua habilidade na língua como *razoável* e 14 como *pouco*. Estes resultados apontam que existe uma disparidade entre as duas línguas, o que pode indicar maior afinidade por parte dos alunos com o espanhol do que com o Inglês.

4. CONCLUSÕES

É possível dizer que para que estudantes de ações afirmativas tenham uma trajetória de qualidade na pós-graduação e contribuam efetivamente para a pesquisa, é fundamental adaptar as políticas internas às suas realidades. Essa adequação deve reconhecer e enfrentar as barreiras desiguais e as oportunidades distintas que marcam sua experiência acadêmica. Um exemplo de ação possível após a análise destes dados é a preferência por utilizar mais textos teóricos em espanhol para que haja melhor entendimento por parte dos alunos, o que pode gerar melhor adaptação e maior permanência deste grupo nos cursos de pós-graduação. Outra possibilidade de ação interna para este grupo é a criação de cursos de língua estrangeira voltados para a linguagem acadêmica e da área da pesquisa, o que pode gerar maior conhecimento linguístico específico para suprir as demandas da pós-graduação. Para além do que já foi apontado, uma outra ação possível seria utilizar a mobilidade que o estudante afirmativo tem para países cuja língua oficial é o espanhol, para que haja a experiência imersiva no idioma, proporcionando maior integração do pós-graduando nas atividades relacionadas à pesquisa, como interlocução com pesquisadores internacionais, publicação e apresentação de trabalhos e participação em redes de pesquisa envolvendo outros países.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABMES. Portaria Normativa MEC Nº 13, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Edição 90, Seção 1, Página 47. Publicado em: 12 de maio de 2016.

BRASIL. LEI Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível

médio e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em: 30 de agosto de 2023

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Edital** n. 44/2022 - Alteração, de 19 de outubro de 2022. Programa Institucional de Doutorado Sanduiche no Exterior (PDSE). Disponível em: [23052023 Edital 1981709 Edital 44 2023.pdf \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/capes/2023/08/23052023-Edital-1981709-Edital-44-2023.pdf) Acesso em: 30 de agosto de 2023.

Estudantes cotistas na Pós-Graduação. NUADD-UFPeI, 2023. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/naaf/> . Acesso em: 30 de agosto de 2023.

FONAPRACE- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **V Pesquisa do perfil socioeconomico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Brasília: Fonaprace, 318 p. 2018 Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> Acesso em: 30 de Agosto de 2023.

Pelotas, Conselho universitário, 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/prppg/files/2013/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n.-05-de-26-de-abril-de-2017-1.pdf?file=2013/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n.-05-de-26-de-abril-de-2017-1> . Acesso em 30 agosto de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Conselho Universitário. resolução 05/2017, de 26 de abril de 2017. Dispõe sobre a política de ações afirmativas para pessoas negras, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação *strictu sensu* na UFPeI.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Conselho Universitário. resolução 16/2017, de 03 de outubro de 2017. Dispõe sobre a política de permanência de ingressantes em programas de pós-graduação *strictu sensu* na UFPeI, por meio de ações afirmativas. Pelotas, conselho universitário, 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/RESOLU%C3%87%C3%83O-16-2017-CONSUN>. Acesso em 30 agosto de 2023.

VENTURINI, A. C. AÇÕES AFIRMATIVAS PARA PÓS-GRADUAÇÃO: DESENHO E DESAFIOS DA POLÍTICA PÚBLICA. Trabalho apresentado no **XLI Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, MG, 23 -27 de outubro de 2017.

VENTURINI, A. C. FERES JÚNIOR. POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA NA PÓS-GRADUAÇÃO: O CASO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, n. 177, p. 882–909, jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Edital 12/2024. Programa de Ações Afirmativas. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/prae/files/2024/09/SEI_23110.028275_2024_41_Edital_12.pdf. Acesso em: 09 out. 2024.